

DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

CNU promove
Congresso
Extraordinário no Rio
Página 3

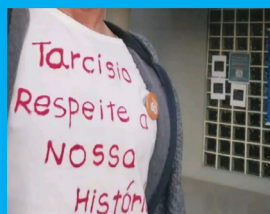


Foto: Fabio Muller

Greve na Celesc recebe
apoio de diferentes
entidades
Página 2



#CELESCPÚBLICA

Direção da Celesc aposta no embate e na divisão da categoria

TRABALHADORES ENTRARAM EM GREVE NA SEGUNDA-FEIRA, 12 DE AGOSTO



Diretoria da Celesc leva categoria à greve por tempo indeterminado

Desde 2016 a categoria não fazia greve na Celesc. Intransigência e provocações da Direção da Celesc levam categoria a um embate desnecessário

A Diretoria da Celesc apostou na divisão da categoria elétrica. Na reunião de terça-feira da semana passada, 6 de agosto, colocou sindicatos da Intercel e da Intersindical lado a lado para, supostamente, chegarem a um acordo sobre a divisão da PLR 2024. **A Diretoria sabia que dessa reunião não sairiam avanços**, dadas as divergências ideológicas históricas das duas representações de trabalhadores (a Intersindical tem o hábito de não fazer a luta, desmotivar a categoria para greves e paralisações e, depois, tem os mesmos benefícios da luta dos sindicatos majoritários). Na reunião do dia seguinte (quarta-feira), a empresa pediu desculpas pelo ocorrido e insistiu na proposta da Intersindical, indicando ter assumido o **compromisso**, no ano passado, em uma audiência, de **umentar a proporcionalidade** do Acordo de PLR. Ocorre que o compromisso foi assumido com o Sindicato dos Engenheiros sem qualquer diálogo com os sindicatos majoritários. Um acordo entre a Direção da empresa com um único sindicato não pode interferir na relação com os demais sindicatos e privilegiar uma parcela dos trabalhadores filiados a um sindicato específico em detrimento dos demais.



Na reunião da quarta-feira, a Diretoria **pareceu** compreender a reivindicação da Intercel, demonstrando que não traria novamente uma proposta que levasse em conta a proporcionalidade dos salários. Tamanha não foi a surpresa dos dirigentes da Intercel quando, na noite de sexta-feira, dia 9, a Diretoria encaminha novamente uma proposta levando em conta a proporcionalidade na forma de divisão da PLR. O chão estava riscado e não havia outra alternativa a não ser a manutenção da greve.



Levada para apreciação da categoria na segunda-feira, dia 12, pela manhã, foi praticamente unânime a rejeição à proposta da empresa. Celesquianos reagiram à inde-

cente tentativa de divisão dos trabalhadores com a greve em todo o estado.

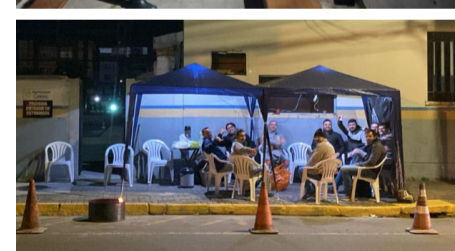


Durante a segunda-feira, a Celesc enviou para os meios de comunicação uma nota **mentirosa e omissa**: omissa, pois não cita que a Intercel vinha cobrando as negociações do Acordo de PLR 2024 **desde dezembro de 2023**. Também omite que a empresa **não cumpriu com a palavra**, ao não enviar a Nota Técnica prometida em 29 de maio para o dia 13 de junho. A nota é mentirosa, pois afirma que “no dia 7 de agosto foram feitas reuniões separadas com os dois grupos sindicais, sendo que a Intercel manifestou que não aceitaria qualquer proposta de modificação na forma de distribuição da PLR” - ora, a Diretoria sabia desde a primeira reunião, em março, que a Intercel não aceitaria esse tipo de mudança. Nova mentira é vista em outro trecho da Nota: “ainda no dia 03 de agosto já foi anunciado pelo grupo sindical da Intercel (que representa uma parte dos empregados - incluindo atendentes comerciais e eletricitistas) uma greve por tempo indeterminado, sem antes dialogar com a empresa” - a mentira se dá pelo fato que a Intercel **comunicou, sim, por diversas vezes**, a Direção da Celesc que, se continuasse a postergar as negociações e se negar a apresentar uma proposta decente, a greve viria. Nas edições 1609 e 1610 do jornal Linha Viva, em junho, foi cobrada da Direção da Celesc a continuidade das negociações, através do envio da Nota Técnica prometida em 29 de maio. Já na edição 1611, a Intercel foi clara em seu recado: “se a Direção da Celesc continuar a agir assim, com tanto desdém como algo que já poderia ter sido assinado em dezembro passado, infelizmente os trabalhadores só terão um meio para resolver: paralisando suas atividades **ou fazendo outro tipo de protesto mais firme**”. Na edição 1612, já no mês de julho, novamente o recado: “diante da inércia e descaso da Direção da Celesc - e o claro indicativo que a empresa pretende retirar a linearidade da distribuição da PLR - só cabe à categoria ir para o enfrentamento”. Na edição 1613, de 11 de julho, o aviso que a categoria faria uma paralisação por conta da negativa

da Celesc em voltar a negociar. Avisos à Diretoria também foram formalizados por correspondências. Portanto, o diálogo que a empresa afirma não ter ocorrido, foi feito de diversas maneiras: através de reuniões, correspondências oficiais e pelo jornal da Intercel.



Nessa terça-feira à tarde, foi realizada mais uma reunião com a Direção da empresa. O objetivo era debater o Acordo de PLR e avançar em alguma proposta. Infelizmente, a Direção da empresa não trouxe proposta durante a reunião e tão somente se comprometeu a enviar uma nova proposta até o fim da terça-feira. Até o fechamento dessa edição, a proposta ainda não havia chegado.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Greve na Celesc recebe apoios de diferentes entidades



Representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), do Movimento Democracia nos Tribunais de Contas, do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC (Sintaema), do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos e Similares de Santa Catarina (Sintect/SC), do Coletivo de Mulheres Juntas e a vereadora Tânia Ramos (PSOL/Florianópolis) estiveram nos piquetes da greve na Celesc no início dessa semana e fizeram manifestações em defesa dos trabalhadores da Celesc.

Bloqueio de acesso ao diretório Todos causa trabalho desnecessário

O bloqueio de envio de e-mails através do Diretório Todos Celesc e Todos Agências Regionais vem fazendo trabalhadores da empresa perderem tempo enviando mensagens em pequenos grupos. Assistentes sociais, por exemplo, que antes podiam enviar comunicados num único e-mail, precisam perder tempo precioso de trabalho enviando seus comunicados em pequenos grupos de e-mails. Para que facilitar, se a Direção da Celesc pode dificultar seu serviço? Tem coisas que só a Direção da Celesc faz por você.

Sumiço misterioso

Com que objetivo a Direção da Celesc retirou o acesso dos eletricitistas de todo o estado ao CelMapas, às vésperas de uma greve anunciada há dias? Eletricitistas reclamam que a retirada do acesso ao programa dificulta demasiadamente o trabalho.

Provocação

Durante a reunião de negociação do Acordo de PLR 2024 na terça-feira, na sede da Celesc, os sindicatos tomaram conhecimento de uma ação de interdito proibitório movido pela Celesc. A ação visava garantir o acesso às dependências da empresa tanto na Administração Central, em Florianópolis, como no escritório de Rio Negrinho. A Intercel fica espantada com a pressa com que a empresa atua em dados momentos, **visando seus interesses**, e como é demorada para destravar questões de interesse dos trabalhadores, como o Acordo de PLR, diárias de viagens, isonomia, entre outros pontos pendentes.

Confederação Nacional dos Urbanitário promove Congresso Extraordinário no Rio de Janeiro

Evento teve participação de representantes da FESUL



Após anos de luta, o tão sonhado registro sindical da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU) foi concedido finalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego no dia 20 de maio. Foram anos incansáveis em busca da consolidação legal da entidade de grau maior do ramo urbanitário.

Para cumprir o Artigo 94º do Estatuto e deliberações do 2º Congresso Nacional dos Urbanitários, as quatro Federações filiadas à CNU (FNU, FRUNE, FURCEN e FRUSE) convocaram o Congresso Extraordinário da CNU, que ocorreu nos dias 12 e 13 de agosto, no Rio de Janeiro.

A consolidação legal da CNU é uma grande conquista dos trabalhadores e das trabalhadoras do ramo urbanitário, que ansiavam pela criação de uma entidade que representasse seus valores, identificada com as causas em defesa dos direitos da classe trabalhadora.



TRIBUNA LIVRE | Por Cristiano dos Passos, com a colaboração de Vânia Mattozo, trabalhadores da Celesc e Dirigentes do Sinergia

Adoção de cotas raciais não é favor, é reparação histórica!

Nas duas últimas assembleias estaduais, a garantia de cotas raciais para pessoas pretas, pardas ou indígenas nos concursos da Celesc gerou controvérsia. Em 2023, a questão foi levantada pela base do Sinergia e, a princípio, pareceu que não suscitaria debates. Para nossa surpresa, a votação foi apertada e, após ser debatida e submetida à decisão da categoria, a cláusula foi retirada de pauta. Mas chamou a atenção o fato de, no debate, não haver ninguém para defender abertamente a exclusão da cláusula. Neste ano, o tema voltou para discussão e, finalmente, foi aprovado por ampla maioria, não sem antes passar por divergência com alguns colegas, o que nos causa certa perplexidade: embora houvesse quem se opõe à cláusula, na hora da votação, nenhum dos opositores manifestou o seu voto contrário...

Como defensor da cláusula, quero esclarecer alguns pontos, considerando que essa divergência possa ser fruto da desinformação generalizada que ronda o tema, embora não se possa ignorar que há algo muito estranho nessa oposição a causas (hoje) reconhecidas legítimas, como a criação de cotas raciais. Aliás, a minha motivação principal para defesa da cláusula foi que, se algo nos impedia de tratar abertamente a negação dessa cláusula, possivelmente há algo implícito entre nós que não parece nada bom.

Vejam: é visível que há poucas pessoas

pretas, pardas e indígenas concursadas no quadro funcional da Celesc, embora mais da metade da população brasileira (55% pelo censo de 2022) esteja incluída nesse recorte racial. O último Balanço Social da empresa comprova isso: entre 3.857 empregados apenas 93 são pessoas pretas, ou seja, apenas 2,4%. Em cargos de chefia, o percentual é ainda menor: 1,74%. Em SC, ainda que o percentual de pessoas indígenas seja de apenas 0,25% e de negras seja de 4,06%, o número de pessoas pardas chega a 19,22%. Juntas, elas representam 25% da população catarinense.

Outros dados podem nos ajudar a pensar com mais propriedade: um estudo do IBGE (2022) indicou que o desemprego é duas vezes maior entre os negros. Além disso, o salário de pessoas brancas é maior do que o das pretas, assim como o rendimento domiciliar per capita médio, quase 30% maior. Na gestão pública, uma auditoria do TCE/SC, realizada entre 2022-2023, confirmou a baixa representatividade de negros no quadro de servidores estaduais. Mais: uma auditoria atestou a deficiência na coleta de dados sobre cor e raça e a ausência de ações afirmativas para o ingresso dessas pessoas em instituições públicas.

A mesma desigualdade está retratada no baixo acesso à educação e saúde, serviços públicos e cultura, entre outros, tendo a população negra índices bem menores do que a

Sempre por melhores salários, condições de trabalho, manutenção dos empregos, contra privatizações dos setores de saneamento e energia, de proteção aos trabalhadores das empresas sobre controle privado, enfim uma pauta ampla, que abrange também a defesa dos direitos das mulheres, LGBTQUIA+, o combate ao racismo, de pessoas com deficiência e a defesa do meio ambiente.

A hora é de celebração, mas também de responsabilidade, pois o setor urbanitário vive desafios, como o ataque frontal do capital privado às empresas públicas de saneamento, com intuito de tornar em lucro o acesso à água.

No setor elétrico, a luta pela reestatização da Eletrobras continua em pauta, assim como a defesa imediata dos trabalhadores da empresa que hoje sofrem com as ações dos acionistas privados tentando retirar direitos e fazer demissões em massa. Nas distribuidoras

de energia a situação também é desafiadora para os seus trabalhadores e trabalhadoras, já que estas empresas visam apenas os lucros e, para isso, tentam ao máximo negar direitos e os avanços que os sindicatos buscam.

Outras pautas urgentes que também exigem atenção total são a retomada da aposentadoria especial para os eletricitários - que está em processo de tramitação no Congresso Nacional - e o processo de renovação das concessões das distribuidoras de energia elétrica, que começam a vencer em 2025.

Pela Federação dos Urbanitários do Sul (FESUL), entidade recém criada no mês de julho, participou uma delegação de dirigentes da Intersul e da InterEBE.

Ainda nessa semana, também no mesmo espaço no Rio de Janeiro, nos dias 14 e 15 de agosto, ocorre o Encontro Nacional do Urbanitário e a Plenária Estatutária, no dia 16.

isso indica que essas pessoas encontram muita dificuldade para chegar aonde nós, brancos, chegamos. Vale lembrar que a história do Brasil foi construída sobre 400 anos de escravidão de pretos, pardos e indígenas. A “abolição” do regime escravocrata ocorreu a serviço do então novo capitalismo, abandonando essas pessoas à própria sorte, diferentemente do que houve com os imigrantes europeus que vieram para terras catarinenses. Eles foram recebidos com a garantia de uma terra para trabalhar e, no caso daqueles que ainda atuam na área rural, até hoje são subsidiados por políticas de governo, o que permitiu criar seus descendentes com mais dignidade do que aqueles explorados por senhores de terras.

As cotas raciais representam uma tentativa de reparar, ao menos um pouco, essa injustiça secular que nos afastou do convívio - brancos e pretos - em nosso ambiente de trabalho. Ao final, direito é tudo aquilo que conquistamos para todas as pessoas, respeitando a diversidade existente e permitindo que todas tenham oportunidade de vida digna. Se excluirmos essa premissa do contexto de nossas lutas diárias, todo direito se torna apenas um privilégio, especialmente aos olhos de quem é excluído do nosso suposto sistema democrático - o que fere diretamente os princípios de cidadania e justiça social, tornando insustentável a vida em coletividade.

Nas Olimpíadas de Paris, o ouro do Brasil é negro e tem nome de mulheres

Rebeca Andrade e Beatriz Souza conquistaram as primeiras medalhas douradas pelo país



Reprodução/cbginastica

No Brasil, o ouro tem gênero e raça. Beatriz Souza e Rebeca Andrade foram as primeiras a conquistar medalhas douradas pelo país nas Olimpíadas de Paris, no judô e no solo da ginástica, respectivamente. Ambas as atletas são mulheres negras, têm origem humilde e são beneficiadas pelo programa Bolsa Atleta, criado pelo governo Lula em 2004.

Assim como elas, os demais medalhistas olímpicos pelo Brasil também acessaram o programa em algum momento. Apenas Gabriel Medina, do surf, e Larissa Pimenta, do judô, não fazem parte atualmente do Bolsa Atleta.

Ellen Scherrer, mentora da página Feminismo Negro no Esporte e pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ressalta o aspecto social do desenvolvimento do esporte no Brasil.

“Se pensarmos nas atletas negras que conquistaram medalhas, como Rebeca e Bia, são duas mulheres negras que vieram de projetos sociais. O Brasil ainda é muito carente de políticas públicas e financiamento no esporte”, comenta.

Além do aspecto social da prática esportiva no Brasil, os marcadores de raça e gênero chamam atenção. Ellen destaca que a conquista de medalhas pelas atletas é histórica e lembra que, por quase 40 anos, mulheres foram proibidas de praticar diversas modalidades de esportes no Brasil.

“Temos dificuldades para a inserção e aceitação das mulheres e isso traz consequências atuais. O Brasil também é um país em que a violência racial está em pauta todos os dias. As duas medalhas de ouro, conquistadas por Rebeca Andrade e Beatriz Souza, romperam barreiras significativas, mostrando as potências da negritude brasileira”, avalia a pesquisadora.

Inspiração

Durante muitos anos, mulheres negras não competiam na modalidade de ginástica artística brasileira. Isso mudou com Daiane dos Santos, a primeira mulher negra a ter grande destaque e a receber uma medalha de ouro no mundial de ginástica, em 2003.

Olívia Pilar, escritora e doutoranda em comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressaltou que, a partir do momento em que uma mulher negra mostra que é possível, abre um mundo de possibilidades.

“Não só tem um caráter representativo, mas também cria novos imaginários sobre o que é ser uma mulher negra. Então, mesmo que a Daiane dos Santos não tivesse sido uma referência para a Rebeca Andrade, já teria modificado o imaginário popular. Rebeca Andrade está fazendo o mesmo percurso agora, e com um alcance mundial”, comenta.

Olívia ressalta que é preciso, além de investimentos, dar oportunidades e acreditar no potencial das atletas negras.

“Viola Davis disse, ao receber o prêmio de melhor atriz no Emmy, que a única coisa que separa mulheres negras de outras pessoas é a oportunidade. É uma forma de interpretar, porque é muito importante e significativo que os dois primeiros ouros do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2024 tenham sido de duas mulheres negras. Elas mostraram que o talento sempre existiu, mas é necessário investimento”, conclui a escritora.

Por Natália Andrade. Edição: Ana Carolina Vasconcelos. Texto Original: Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/08/nas-olimpiadas-de-paris-o-ouro-do-brasil-e-negro-e-tem-nome-de-mulheres>